



DIÁRIO ELETRÔNICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
assessorialegislativa@mprs.mp.br

Porto Alegre, 22 de novembro de 2018.

Edição n. 2504

Nesta Edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Boletins.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....2

Súmulas de Contratos.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....3

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Avisos.....5



Diário eletrônico
Ministério Público
 Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de novembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2504

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM N. 397/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, FABIANO DALLAZEN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DESIGNAR

- os abaixo relacionados para as funções de Coordenação de Comissão Executiva, Auxiliares de Coordenação, Serviços de Fiscalização e Serviços Auxiliares na realização das Provas Discursivas do XLVIII Concurso para Ingresso à Carreira do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (Edital N. 085/2016).

- Coordenação de Comissão Executiva: ANDRÉIA CARDOSO BARTH-3436578; BENHUR BIANCON JUNIOR-3429415; CHARLES MASIERO-3436926; FABIANO DALLAZEN-3430715; LÍVIA MARTINEWSKI DREHER-3438104 e SANDRA MÁRCIA BORGES CORRÊA-3436373.

- Auxiliares de Coordenação: JAQUELINE DE LIMA ROSÁRIO- 3429946; THIAGO CARBONI PETROLI - 3587100; ZILÁ FERRAZ DE MORAES-3445879.

- Serviço de Fiscalização: CLÉCIA DE OLIVEIRA NUNES-3452077; DIOGO ANDRÉ DA ROCHA COUTO-3446689; INÊS BIALI-3431223; JAQUELINE APARECIDA NUNES E SILVA-3377369; LISANDRA PEREIRA VIEIRA-3441199; LUCAS BELMONTE MELLO-3444864; MÁRCIA RÓSULA GUIMARÃES PETRINI-3443841; MÁRCIA VIZZOTTO BORSA-3451992; MARIA CRISTINA ALVES CRIPPA-3431185; MARIANA ALLENDE CORRÊA-3854493; MARIANA GRASS XAVIER-3448100; ROBERTO GONÇALVES-3431720; RODRIGO COLLARES DUARTE-3871568; RUTE DA ROSA-3440087; SOFIA STELLA-4381998; UMBERTO GUARISE SILVA-3544443.

- Serviço Auxiliar: AURELIO MOREIRA GAUDIO-3451640; DIEGO CESAR DRUZIAN-3451445; JESSE JAMES DOS SANTOS JUNIOR-3451747; JOÃO GIGLIO NEVES DA SILVA-3588386; Kael YARON ALVES PRETTO DE OLIVEIRA-3790908; LUCIANDRO ARAUJO CAETANO DA LUZ-3663698; LUIS FELIPE MARQUES SÓ-3546888; NICANOR CARVALHO SIMÕES-3787834; THIAGO SILVA OLIVEIRA-3714047 (Port. 3333/2018).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO,

Promotor de Justiça,
 Chefe de Gabinete.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
 PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

BOLETIM N. 398/2018

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DESIGNAR

- o servidor BRUNO SILVA SILVEIRA, Agente Administrativo,

Classe "M", ID n. 4480449, para exercer as funções de Secretário "ad hoc", na forma do artigo 6º da Ordem de Serviço n. 004/2017-CGMP, na instrução do PR.00035.03333/2018-1 (DL.00035.00505/2018-7 - Port. 3371/2018).

ALTERAR

- o nome da servidora Samanta Lais Lehnardt, para SAMANTA LAIS LEHNHARDT WEISSHEIMER, em face da prova apresentada.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de novembro de 2018.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA N. 167/2018
 PROCEDIMENTO N. 02405.000.222/2018
 PREGÃO ELETRÔNICO N. 073/2018**

CONTRATADA: BRASEPI COMERCIO DE EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA LTDAME; **OBJETO:** aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para os servidores do Ministério Público/RS.

Item	Descrição	Qtde. (un)	Marca/ Modelo	Valor unitário								
7	Capa de chuva	55	BRASCAMP	R\$30,00								
	<table border="1"> <tr> <td>P</td> <td>M</td> <td>G</td> <td>GG</td> </tr> <tr> <td>3</td> <td>13</td> <td>20</td> <td>19</td> </tr> </table>				P	M	G	GG	3	13	20	19
	P				M	G	GG					
3	13	20	19									

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 1.650,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3015; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais nos 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS nos 33/08 e 47/05, Lei Complementar n.º 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais nos 8.666/93 e 10.520/02 e Provimento PGJ/RS n. 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de novembro de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
 PROCEDIMENTO N. 02405.000.222/2018**

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, a servidora Rosenei Borba e, como sua substituta, a servidora Patrícia Disegna.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de novembro de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de novembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2504

**SÚMULA DO CONTRATO
DE COMPRA E VENDA N. 173/2018
PROCEDIMENTO N. 02405.000.228/2018
PREGÃO ELETRÔNICO N. 087/2018**

CONTRATADA: COLLINE COMÉRCIO DE DESCARTÁVEIS LTDA., **OBJETO:** aquisição de materiais de limpeza e higiene, copa, cozinha e diversos:

Item	Descrição	Qtde	Marca/ Modelo	Un.	Preço Unitário
3	Aromatizante Ambiental Capim limão	300	Puro Ar Acqua 400ml	Un	R\$5,50
5	Inseticida em Spray	200	Mult Insect Free 300ml	Un	R\$5,75

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 2.800,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3011/3028; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais n. 13.191/09 e n. 11.389/99, Provimentos PGJ/RS n. 33/08 e n. 47/05, Lei Complementar n. 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais n. 8.666/93 e n. 10.520/02 e Provimento PGJ/RS n. 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de novembro de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
PROCEDIMENTO N. 02405.000.228/2018**

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, o servidor Christian Brod e, como seu substituto, o servidor Fernando Kruehl Nogueira.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de novembro de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE CONTRATAÇÃO
DE SERVIÇOS DE SEGURO
SGCON 02405.000.235/2018**

CONTRATADA: SOMPO SEGUROS S.A.; **OBJETO:** contratação de prestação de serviços de seguro predial pelo prazo de 12 (doze) meses, do imóvel Palácio do Ministério Público Estadual e conteúdo, localizado na Praça Marechal Deodoro, 110, Centro, em Porto Alegre/RS, conforme o termo de referência da cotação eletrônica; **PRÊMIO:** R\$ 3.663,12; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3926; **VIGÊNCIA:** a partir das 24h de 20/12/2018 até às 24h de 19/12/2019; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal nos 8.666/1993 artigo 24, inciso II,

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de novembro de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO
PROCEDIMENTO N.º 01358.000.076/2018**

CONTRATADO: EDUCATION TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.; **OBJETO:** inscrição de um servidor desta Instituição para o curso "RED HAT SYSTEM ADMINISTRATION I"; **VALOR TOTAL:** R\$ 4.500,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 21 de novembro de 2018, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Benhur Biancon Junior.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de novembro de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM N. 249/2018

O COORDENADOR DO CAO CÍVEL E DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00723.00019/2018. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Alcício Silveira Nogueira. **CLASSIFICAÇÃO:** 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves. **OBJETO:** apuração de suposto nepotismo na Administração Pública Municipal de Bento Gonçalves. **INVESTIGADOS(S):** Irvolei Zenki e Lourdes Cagliariari Zenki. **LOCAL DO FATO:** Bento Gonçalves.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00763.00106/2018. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Cível de Erechim. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Karina Albuquerque Denicol. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. **OBJETO:** investigar a ocorrência de possível ato de improbidade administrativa decorrente da edição da Lei Municipal de Barão de Cotegipe n. 2.606/2016 visando ao indevido benefício de empresas particulares. **INVESTIGADO(S):** Município de Barão de Cotegipe. **LOCAL DO FATO:** Erechim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00763.00105/2018. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Cível de Erechim. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Karina Albuquerque Denicol. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. **OBJETO:** investigar ocorrência de ato de improbidade administrativa decorrente de possível pagamento a servidor público municipal ocupante de cargo em comissão sem a devida contraprestação do serviço, bem como o exercício de função



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de novembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2504

não compatível com tal espécie de cargo. INVESTIGADO(S): Erci de Fátima Bilhar. LOCAL DO FATO: Quatro Irmãos.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00763.00104/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karina Albuquerque Denicol. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: investigar ocorrência de possível ato de improbidade administrativa decorrente da concessão de alvarás em desacordo com a legislação municipal para a realização das feiras itinerantes ocorridas em 06 a 15/04/2018, 28 a 01/05/2018 e 08 a 16/06/2018, no Município de Erechim. INVESTIGADO(S): Município de Erechim. LOCAL DO FATO: Erechim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00763.00101/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karina Albuquerque Denicol. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: investigar ocorrência de possível ato de improbidade administrativa decorrente de descumprimento de ordem judicial nos autos do processo n. 013/5.18.0000053-5, em trâmite no Juizado da Infância e Juventude de Erechim. INVESTIGADO(S): Irineu Fantin. LOCAL DO FATO: Erechim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00783.00098/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carolina Barth Loureiro Ingracio. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: apurar o desvio de recursos públicos da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos de Glorinha/RS, com relação ao saibro vendido a particulares, tendo como investigado João Paulo Monteiro de Lima. INVESTIGADO(S): João Paulo Monteiro de Lima. LOCAL DO FATO: Glorinha/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01704.000.056/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Rosário do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Lucas Oliveira Machado. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul. OBJETO: Sr. Eloi realizou pedido junto à Câmara Municipal, via Lei de Acesso à Informação a respeito do Vereador Edmundo Coelho da Rosa. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Rosário do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00861.00051/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Fernando Barin. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul. OBJETO: averiguar eventual prática de danos ao patrimônio público, ao erário e ao meio ambiente, por parte do Município de Santa Cruz do Sul, em sua Secretaria de Obras, mais especificamente no Parque de Máquinas. INVESTIGADO(S): Município de Santa Cruz do Sul. LOCAL DO FATO: Santa Cruz do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01872.000.890/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Pereira

Pereira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. OBJETO: Of. MP/SFP n. DI. 07/2018 com sua respectiva resposta. INVESTIGADO(S): Câmara de Vereadores de São Francisco de Paula. LOCAL DO FATO: São Francisco de Paula.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01872.000.895/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Pereira Pereira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. OBJETO: iluminação pública da Rua da Lage, conhecido ponto de tráfico de drogas da cidade de São Francisco de Paula. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: São Francisco de Paula.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01583.000.535/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São José do Norte. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Júlia Fresteiro Barbosa Lang. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Norte. OBJETO: cobrança de Certidão de Débito oriunda do TCE/RS de Zeny dos Santos Oliveira. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: São José do Norte.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01876.000.077/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gabriela Monteiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul. OBJETO: apurar eventual abuso de poder/desvio de finalidade do ex-Secretário da Fazenda Vilno Bork na expedição de alvarás para seus empreendimentos privados Bork Palapa - Paletas Mexicanas e Bork Food Trucks Beer. INVESTIGADO(S): Vilno Bork. LOCAL DO FATO: São Lourenço do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01876.000.094/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gabriela Monteiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul. OBJETO: apurar suposto pagamento indevido do adicional de insalubridade ao servidor Jones Alberto Heller. INVESTIGADO(S): Município de São Lourenço do Sul e Jones Alberto Heller. LOCAL DO FATO: São Lourenço do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01896.000.007/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Soledade. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristina Schmitt Rosa. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Soledade. OBJETO: apurar possíveis irregularidades na contratação da agente comunitária de saúde Elisete Nunes dos Santos Mendes, bem como a ausência de atendimento médico no ESF Ronaldo José Rauber, no Município de Barros Cassal/RS. INVESTIGADO(S): Município de Barros Cassal. LOCAL DO FATO: Barros Cassal.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01896.000.036/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Soledade. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristina Schmitt Rosa. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Soledade. OBJETO: apurar possível



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de novembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2504

irregularidade na contratação da servidora Cristiele Maria da Cruz para exercer o cargo de Agente Comunitária de Saúde do Município de Barros Cassal/RS, uma vez que não estaria residindo na área de atuação, requisito indispensável para o exercício do cargo. INVESTIGADO(S): Município de Barros Cassal. LOCAL DO FATO: Barros Cassal.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01896.000.033/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Soledade. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristina Schmitt Rosa. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Soledade. OBJETO: apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente do não cumprimento da carga horária por parte do dentista Fábio Faleiro Vieira, contratado pelo Município de Fontoura Xavier/RS. INVESTIGADO(S): Fábio Faleiro Viera e Município de Fontoura Xavier. LOCAL DO FATO: Fontoura Xavier/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00922.00051/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Pablo da Silva Alfaro. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana. OBJETO: apurar denúncia de que servidora pública está em gozo de licença saúde pelo Município de Barra do Quaraí e possui vínculo com o Município de Itaqui. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Uruguaiana.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01814.000.353/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Planalto. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rodrigo Mendonça Pinto dos Santos. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Planalto. OBJETO: apurar eventuais atos de improbidade administrativa praticados pelo Presidente da Associação Nossa Senhora de Fátima de Alpestre, responsável pela administração do Hospital daquela localidade. INVESTIGADO(S): Sergio Mileski. LOCAL DO FATO: Alpestre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01890.000.184/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Ronda Alta. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudia Maria Cezar Massing. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Ronda Alta. OBJETO: relatou que tem cirurgia marcada para dia 31/10 pelo SUS e que o médico está cobrando anestesia. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Ronda Alta.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01860.000.185/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Ronda Alta. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudia Maria Cezar Massing. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Ronda Alta. OBJETO: orientação sobre falta de atendimento por parte do Município. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Rondinha.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00951.00035/2013. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Palmares do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Greice Ávila Schmeing. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Palmares do Sul. OBJETO: verificação de desvio de função entre os professores municipais de Palmares do Sul. INVESTIGADO(S): Paulo Henrique Mendes Lang. LOCAL DO

FATO: Palmares do Sul.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 20 de novembro de 2018.

JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR, Coordenador do CAO Cível e de Proteção do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

AVISO N. 124/2018

Torno público, nos termos do art. 38, § 4º, do Regimento Interno do egrégio Conselho Superior do Ministério Público (alterado pela Resolução n. 03/2014 – CSMP, publicada no DEMP de 16/12/2014), que, na Sessão Ordinária realizada no dia 06 de Novembro de 2018, foram examinadas as promoções de arquivamento lavradas em inquéritos civis, peças de informação e expedientes correlatos, tendo o Colegiado deliberado da seguinte forma:

ARQUIVAMENTOS HOMOLOGADOS:

00736.000.085/2018,	00761.000.152/2017,
00800.000.046/2017,	00829.000.024/2017,
00893.000.063/2017,	00929.000.118/2018,
01544.000.144/2016,	01583.000.333/2017,
01595.000.230/2017,	01623.000.061/2016,
01625.000.122/2018,	01629.000.069/2018,
01631.000.026/2017,	01631.000.106/2018,
01631.000.857/2018,	01631.001.258/2018,
01631.001.726/2018,	01631.001.995/2018,
01631.002.091/2018,	01633.000.074/2017,
01633.000.088/2015,	01633.000.183/2015,
01640.000.009/2017,	01688.000.221/2018,
01690.000.427/2017,	01706.000.073/2018,
01730.000.112/2018,	01738.000.354/2017,
01738.000.529/2017,	01738.000.658/2017,
01746.000.337/2017,	01748.000.073/2016,
01754.000.079/2018,	01768.000.204/2018,
01782.000.024/2017,	01806.000.043/2017,
01806.000.213/2017,	01816.000.055/2018,
01826.000.052/2018,	01826.000.088/2018,
01868.000.089/2017,	01872.000.004/2017,
01872.000.147/2017,	01872.000.180/2017,
01872.000.188/2017,	01872.000.203/2017,
01872.000.213/2017,	01872.000.450/2017,
01906.000.247/2017,	01908.000.135/2018,
01916.000.165/2018,	01920.000.797/2017,
02378.000.678/2018,	02378.000.784/2018,
02383.000.122/2017,	IC.00714.00041/2011,
IC.00718.00005/2017,	IC.00718.00008/2018,
IC.00718.00046/2014,	IC.00721.00001/2014,
IC.00722.00031/2018,	IC.00723.00001/2018,
IC.00723.00006/2017,	IC.00723.00006/2018,
IC.00723.00008/2014,	IC.00723.00016/2014,
IC.00723.00022/2017,	IC.00723.00023/2017,
IC.00723.00050/2014,	IC.00723.00072/2012,
IC.00725.00020/2013,	IC.00726.00019/2002,
IC.00726.00030/2011,	IC.00728.00013/2017,
IC.00728.00020/2017,	IC.00728.00036/2017,



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de novembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2504

IC.00728.00042/2017,
IC.00728.00050/2016,
IC.00732.00008/2012,
IC.00737.00015/2014,
IC.00738.00025/2013,
IC.00748.00053/2018,
IC.00748.00096/2017,
IC.00748.00144/2016,
IC.00748.00153/2017,
IC.00751.00034/2014,
IC.00755.00024/2014,
IC.00762.00012/2014,
IC.00762.00040/2018,
IC.00762.00108/2013,
IC.00762.00130/2012,
IC.00763.00040/2018,
IC.00763.00057/2018,
IC.00763.00059/2018,
IC.00763.00061/2018,
IC.00763.00063/2018,
IC.00763.00065/2018,
IC.00763.00067/2018,
IC.00763.00070/2018,
IC.00763.00072/2018,
IC.00771.00031/2017,
IC.00781.00016/2016,
IC.00783.00069/2017,
IC.00783.00178/2013,
IC.00788.00107/2013,
IC.00794.00074/2015,
IC.00797.00021/2017,
IC.00798.00007/2016,
IC.00798.00013/2008,
IC.00801.00015/2013,
IC.00801.00057/2013,
IC.00806.00007/2014,
IC.00811.00005/2013,
IC.00811.00017/2013,
IC.00814.00126/2012,
IC.00818.00015/2015,
IC.00818.00032/2010,
IC.00824.00005/2016,
IC.00824.00052/2018,
IC.00825.00017/2016,
IC.00829.00079/2013,
IC.00832.00071/2018,
IC.00832.00125/2016,
IC.00833.00027/2016,
IC.00855.00002/2015,
IC.00861.00021/2017,
IC.00861.00063/2012,
IC.00865.00038/2012,
IC.00867.00022/2017,
IC.00872.00012/2015,
IC.00875.00006/2018,
IC.00876.00016/2016,
IC.00882.00010/2017,
IC.00884.00008/2017,
IC.00889.00064/2015,
IC.00891.00005/2017,
IC.00894.00048/2016,
IC.00901.00020/2016,
IC.00728.00045/2016,
IC.00729.00020/2015,
IC.00734.00028/2017,
IC.00737.00019/2012,
IC.00739.00014/2018,
IC.00748.00071/2018,
IC.00748.00118/2017,
IC.00748.00148/2017,
IC.00748.00195/2016,
IC.00754.00031/2017,
IC.00755.00027/2015,
IC.00762.00020/2014,
IC.00762.00094/2011,
IC.00762.00126/2012,
IC.00762.00156/2012,
IC.00763.00056/2018,
IC.00763.00058/2018,
IC.00763.00060/2018,
IC.00763.00062/2018,
IC.00763.00064/2018,
IC.00763.00066/2018,
IC.00763.00069/2018,
IC.00763.00071/2018,
IC.00770.00010/2018,
IC.00771.00034/2017,
IC.00783.00052/2013,
IC.00783.00124/2017,
IC.00788.00062/2013,
IC.00794.00044/2015,
IC.00797.00014/2013,
IC.00797.00023/2017,
IC.00798.00009/2010,
IC.00801.00009/2017,
IC.00801.00050/2010,
IC.00806.00002/2015,
IC.00811.00002/2015,
IC.00811.00017/2012,
IC.00811.00052/2012,
IC.00815.00001/2018,
IC.00818.00020/2015,
IC.00820.00139/2014,
IC.00824.00052/2016,
IC.00824.00137/2017,
IC.00827.00011/2010,
IC.00829.00081/2010,
IC.00832.00085/2016,
IC.00832.00272/2014,
IC.00852.00082/2013,
IC.00857.00044/2014,
IC.00861.00045/2010,
IC.00865.00027/2013,
IC.00867.00019/2017,
IC.00867.00028/2015,
IC.00872.00108/2012,
IC.00875.00052/2015,
IC.00877.00003/2016,
IC.00883.00024/2015,
IC.00889.00049/2015,
IC.00889.00115/2013,
IC.00894.00008/2013,
IC.00897.00041/2015,
IC.00907.00004/2018,
IC.00907.00036/2017,
IC.00910.00034/2014,
IC.00911.00065/2017,
IC.00914.00040/2017,
IC.00915.00045/2017,
IC.00917.00069/2016,
IC.00918.00018/2015,
IC.00929.00045/2014,
IC.00930.00059/2015,
IC.00930.00071/2009,
IC.00931.00048/2017,
IC.00941.00009/2015,
IC.00945.00038/2015,
IC.00946.00017/2013,
IC.00946.00030/2014,
IC.00947.00003/2016,
IC.00952.00003/2004,
IC.00952.00010/2008,
IC.00952.00027/2015,
IC.00970.00017/2015,
IC.01128.00016/2011,
IC.01135.00003/2014,
IC.01136.00148/2011,
IC.01175.00029/2012,
IC.01203.00010/2015,
IC.01212.00044/2017,
IC.01223.00058/2015,
IC.01336.00004/2017,
IC.01411.00085/2016,
IC.01411.00152/2013,
PI.00748.00041/2018,
PI.00788.00002/2016,
PI.00814.00048/2018,
PI.00903.00027/2018,
RD.00001.00008/2018,
IC.00907.00071/2015,
IC.00911.00003/2018,
IC.00911.00069/2017,
IC.00914.00085/2014,
IC.00915.00156/2016,
IC.00918.00006/2015,
IC.00919.00006/2007,
IC.00930.00050/2016,
IC.00930.00063/2011,
IC.00930.00099/2017,
IC.00935.00051/2017,
IC.00942.00013/2012,
IC.00946.00005/2015,
IC.00946.00025/2014,
IC.00946.00039/2007,
IC.00949.00065/2016,
IC.00952.00003/2012,
IC.00952.00017/2015,
IC.00970.00003/2014,
IC.01128.00013/2012,
IC.01128.00195/2017,
IC.01135.00027/2016,
IC.01175.00010/2011,
IC.01202.00047/2016,
IC.01212.00026/2017,
IC.01221.00004/2014,
IC.01234.00022/2016,
IC.01337.00005/2018,
IC.01411.00112/2016,
IC.02440.00002/2017,
PI.00755.00022/2018,
PI.00814.00024/2018,
PI.00872.00021/2018,
ARQUIVAMENTOS HOMOLOGADOS COM PROVIDÊNCIAS:
IC.00714.00008/2011,
IC.00774.00001/2014.
ARQUIVAMENTOS NÃO HOMOLOGADOS:
01700.000.350/2017,
IC.00949.00034/2017.
ARQUIVAMENTOS NÃO CONHECIDOS:
PA.00774.00014/2014,
PA.00833.00024/2015.
RETIRADOS DE PAUTA:
01623.000.050/2017,
01623.000.056/2017,
01623.000.058/2017,
01623.000.067/2017,
01623.000.071/2017,
01623.000.073/2017,
01623.000.077/2017,
01623.000.078/2017,
01623.000.089/2017,
01623.000.110/2017,
01623.000.111/2017,
01623.000.115/2017,
01623.000.121/2017,
01623.000.124/2017,
01652.000.222/2017,
01920.000.220/2017.
DECLINAÇÃO HOMOLOGADA:
IC.00931.00065/2015.
O Conselheiro **ROBERTO BANDEIRA PEREIRA** relatou o procedimento n. **PR.00975.00055/2018-5**, tendo por objeto



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de novembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2504

SIM - Homologação de arquivamento - NF.01304.001.334/2017 - Possível tratamento desigual em situações semelhantes por parte de fiscais da SMIC, com o objetivo de supostamente obter propina. À unanimidade, nos termos do voto proferido pelo Conselheiro-Relator, o egrégio Conselho Superior do Ministério Público homologou o indeferimento de instauração de expediente. O Conselheiro **ROBERTO BANDEIRA PEREIRA** relatou o procedimento n. PR.00975.00068/2018-8, tendo por objeto SIM - INDEFERIMENTO - NF.01623.000.872/2017 - Apurar possíveis irregularidades na forma de cobrança de parcelas vencidas do IPTU. À unanimidade, nos termos do voto proferido pelo Conselheiro-Relator, o egrégio Conselho Superior do Ministério Público homologou o indeferimento de instauração de expediente. O Conselheiro **ROBERTO BANDEIRA PEREIRA** relatou o procedimento n. PR.00975.00204/2018-9, tendo por objeto SIM - INDEFERIMENTO - REEXAME NECESSÁRIO - NF.01623.000.822/2017 - Decisão final da Sindicância Administrativa n. 139/2016, que apurou notícia de possíveis irregularidades administrativas por parte de gestores prisionais, face a não localização de livros ponto, bem como registros de escalas de plantões, referentes a servidores penitenciários. À unanimidade, nos termos do voto proferido pelo Conselheiro-Relator, o egrégio Conselho Superior do Ministério Público homologou o indeferimento de instauração de expediente. O Conselheiro **ROBERTO BANDEIRA PEREIRA** relatou o procedimento n. PR.00975.00285/2018-8, tendo por objeto INDEFERIMENTO - SIM NF.02360.000.038/2018 - Apurar possíveis irregularidades relativas à conduta do Prefeito Municipal de Porto Alegre, em relação a postagens em redes sociais e declarações na mídia em relação aos servidores municipais, que configurariam, em tese, assédio moral e difamação. À unanimidade, nos termos do voto proferido pelo Conselheiro-Relator, o egrégio Conselho Superior do Ministério Público homologou o indeferimento de instauração de expediente. Em razão da ausência justificada do Conselheiro **GILMAR POSSA MARONEZE**, o Conselheiro **UBALDO ALEXANDRE LICKS FLORES** relatou o procedimento n. PR.00975.00363/2018-3, tendo por objeto SIM - INDEFERIMENTO REEXAME - NF.01623.000.240/2018 - Apurar possível irregularidade relativa ao Programa Banco de Talentos, criado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, tendo em vista que a divulgação do procedimento de inscrição, bem como os critérios de avaliação e seleção, não estariam coadunados com os Princípios que norteiam as contratações pela Administração Pública. À unanimidade, nos termos do voto proferido pelo Conselheiro-Relator, o egrégio Conselho Superior do Ministério Público decidiu pelo não conhecimento da promoção de indeferimento de instauração de inquérito civil, com a adoção da seguinte providência: considerando a reiteração de promoções de indeferimento de instauração de inquérito civil remetidas para reexame deste Colegiado, sugiro que se oficie às Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre, ressaltando que o encaminhamento das decisões de indeferimento para "reexame necessário" deverá ser feito apenas quando fundamentadas no Provimento n. 04/2012 – PGJ. Em razão da ausência justificada do Conselheiro **GILMAR POSSA MARONEZE**, o Conselheiro **UBALDO ALEXANDRE LICKS FLORES** relatou o procedimento n. PR.00975.00567/2018-9,

tendo por objeto SIM - ARQUIVAMENTO NF - NF.01912.000.266/2018 – objeto: reservado. À unanimidade, nos termos do voto proferido pelo Conselheiro-Relator, o egrégio Conselho Superior do Ministério Público decidiu pelo não conhecimento da promoção de arquivamento da presente notícia de fato. Em razão da ausência justificada do Conselheiro **FÁBIO COSTA PEREIRA**, o Conselheiro **EDUARDO BERNSTEIN IRIART** relatou o procedimento n. PR.00975.00508/2017-5, tendo por objeto SIM - INDEFERIMENTO - NF.01898.000.035/2016 - Comparece para relatar situação observada nos procedimentos de solicitações de exames na Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa dos Três Cantos. À unanimidade, nos termos do voto proferido pelo Conselheiro-Relator, o egrégio Conselho Superior do Ministério Público homologou o indeferimento de instauração de expediente.

Os interessados poderão solicitar ao Serviço de Informações e Atendimento ao Cidadão – SIAC – a certidão do respectivo julgamento.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de Novembro de 2018.

MARTHA WEISS JUNG,

Promotora-Assessora.